

O CONCEITO REPRESENTAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DO *JORNAL SEM TERRA*

Fabiano Coelho*

Resumo: representação é um dos conceitos mais discutidos frente à historiografia brasileira nas últimas décadas. Historiadores e historiadoras tem se dedicado a entender este conceito e suas possibilidades de aplicação nos estudos históricos. Compreende-se que, os conceitos, se configuram como subsídios teóricos para auxiliar no entendimento de problemáticas que envolvem os estudos, não podendo ser encarados como uma “camisa de força”. Até porque as experiências históricas são mais dinâmicas e complexas do que se imagina. Nesta perspectiva, o objetivo do trabalho é refletir sobre o conceito representação, a partir das ideias de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, e compreender como este conceito pode ser significativo na análise dos discursos produzidos no *Jornal Sem Terra* e, possivelmente, em outros periódicos.

Palavras-chave: Representação; *Jornal Sem Terra*; MST.

The concept of representation and its contribution in the analysis of *Jornal Sem Terra*

Abstract: Representation is one of the most discussed concepts faced with the Brazilian historiography in recent decades. Historians have been devoted to understanding this concept and its application possibilities in historical studies. It is understood that the concepts are configured as theoretical support to assist in the understanding of issues involving the studies and which can be seen as a "straitjacket", because the historical experiences are more dynamic and complex than it is normally imagined. In this perspective, the objective of this work is to reflect about the representation concept, from the ideas of Roger Chartier and Pierre Bourdieu, and how this concept is meaningful to analyze the discourses produced in the *Jornal Sem Terra* and, possibly, in other journals.

Keywords: Representation; *Jornal Sem Terra*; MST.

As formas de compreender e escrever o conhecimento histórico se transformaram consideravelmente desde o século XIX. Roger Chartier (2002), ao escrever sobre a história entre “certezas e inquietudes”, salienta que, principalmente, nas últimas três décadas houve uma verdadeira mutação no trabalho histórico. As transformações ocorridas na disciplina histórica não foram produzidas apenas pela “crise geral nas ciências sociais” ou por uma “mudança de paradigma”, mas estão vinculadas aos deslocamentos que ocorreram nas práticas de pesquisa, e em relação aos princípios de inteligibilidade que reinaram nos últimos quarenta anos.

Nesse processo, sublinham-se algumas “escolas históricas”, em que os historiadores, a partir das indagações do seu tempo, sistematizaram reflexões sobre os mecanismos que regem e legitimam a “operação historiográfica”, como dissera Michel de Certeau (1982). Guy Bourdieu e Hervé Martin (1983), em sua obra intitulada *As Escolas Históricas*, contribuem para o entendimento das escolas históricas que foram constituí-

* Professor do Curso de História da UFGD, Brasil. Doutor em História pela UFGD.

das a partir do século XIX, dentre elas a “Escola Metódica” (positivista), a “Escola dos *Annales*” e a “História Nova”. Os autores também discutem a contribuição do “Marxismo” e do “Estruturalismo” no conhecimento histórico, chamando atenção para as mudanças, permanências e avanços no pensamento histórico.

As discussões travadas no âmbito da História, desde a sua constituição enquanto disciplina no século XIX, demonstram que as práticas do historiador não são estáticas. Pelo contrário, a história tem se firmado como uma disciplina em movimento, dinamizando suas práticas, revendo e inovando seus métodos, abordagens, objetos e problemas. Por meio das obras *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*, organizada por Jaques Le Goff e Pierre Nora (1976), e *Domínios da História*, que tem como organizadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997), chega-se a uma ótima noção do quanto a história ampliou o seu olhar, abrindo um novo e amplo leque para os seus campos de atuação.

As reflexões avançaram também no sentido de não apenas entender “para que serve a história”, ou “o que seria a história”. Especialmente, na segunda metade do século XX, alguns pensadores da história refletiram sobre as tessituras do texto histórico, sobre o como os historiadores constituem suas narrativas. Diante das “certezas” e do “solo firme” em que pisavam os historiadores, outras possibilidades de leituras sobre as construções das narrativas históricas foram compartilhadas. Nesse atinente, destacam-se as contribuições de Paul Veyne (2008) e Hayden White (1992; 1994). Não se trata de fazer uma discussão sobre os textos destes autores, até porque o objetivo do artigo é outro; mas, de valorizar a contribuição de suas obras face ao conhecimento histórico. Grosso modo, estes historiadores contribuíram em relação às teorias e métodos da história. Sobretudo, ao destacarem as problemáticas que envolvem a narrativa histórica e como o passado é compreendido e transformado em texto. White e Veyne colocam em discussão aspectos que pareciam “tranqüilos” no ofício do historiador, como a objetividade, cientificidade e o “estado da arte” da história.

Ao longo do tempo tem-se desenvolvido distintas formas de pensar o conhecimento histórico. Acredita-se que o importante não é se “prender” em uma forma de pensamento, imaginando que uma teoria dará conta de auxiliar na reflexão sobre todos os caminhos e descaminhos que perfazem a pesquisa. É importante que o pesquisador conheça as distintas formas de apreender o conhecimento histórico e, a partir das problemáticas que envolvem seu objeto de pesquisa, dialogue com os autores e construa sua narrativa.

As visões distintas sobre a história não podem ser encaradas como instrumentos limitadores, isto é, não podem impossibilitar o diálogo com diferentes formas de pensamento na construção do texto. Evidentemente, ao utilizar autores que trabalham com perspectivas distintas, é necessário resguardar suas diferenças mais latentes. Sobre isso, salienta-se a proposição de Ronaldo Vainfas de que: “combinar abordagens distintas talvez seja o ideal, resguardadas as diferenças e até a oposição de paradigmas” (1997, p. 449). Não obstante, é preciso percorrer os caminhos e descaminhos da história, enfrentando com serenidade as diferenças de opiniões e opções teóricas, tomando ciência de que inexistem um paradigma da história melhor ou pior que outro. O que existem são ideias e concepções distintas, em que cabe ao pesquisador escolher o que melhor contribuirá para edificação do seu trabalho.

Na “operação historiográfica”, destaca-se a transformação do conceito “documento”, ou “fontes”. Superou-se o entendimento de que “documento” eram apenas os “escritos oficiais”, dignos de “confiança”, como pensavam os historiadores ligados, sobretudo, à escola metódica francesa do século XIX, que tinham como grandes expoentes as figuras de Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos. Jacques Le Goff (1996, p. 17-165), na obra “História e Memória”, no capítulo intitulado “História”, proporciona um excelente panorama teórico no que se refere às transformações da História ao longo do tempo e o olhar dos historiadores para com os documentos/fontes. Nesse sentido, tudo aquilo que é material ou não, que possibilita fazer reflexões e interpretações sobre o passado, pode ser considerado como fonte de pesquisa.

É relevante destacar que não existe uma fonte melhor que outra. Existem fontes diferentes, com tratamentos distintos. Cada vestígio do passado tem sua natureza. Assim, existem questões muito particulares a cada uma. Conhecer essas particularidades e a natureza das fontes proporcionará novas descobertas na edificação do trabalho investigativo. Para tanto, entende-se que a análise (crítica) dos documentos também avançou de forma significativa, no sentido de se compreender que as fontes não falam por si mesmas. Pois, como afirma Edward Palmer Thompson (1981, p. 40), os fatos “não podem falar enquanto não tiverem sido interrogados”. Os historiadores necessitam adquirir uma desconfiança atenta em relação aos documentos, pois a “evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta” (1981, p. 38). Deste modo, é preciso encontrar a estrutura existencial das fontes, suas intencionalidades.

O historiador, em seu ofício, necessita se apropriar de conceitos que lhe auxiliem na compreensão de seu objeto de estudo. Os conceitos são subsídios teóricos que auxiliam no entendimento de problemáticas que envolvem os estudos e não podem ser encarados como uma “camisa de força”, ou enquadramentos inflexíveis. Nessa perspectiva, o objetivo do artigo é refletir sobre o conceito “representação”, a partir das ideias de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, e compreender como este conceito pode ser significativo para analisar os discursos produzidos no *Jornal Sem Terra*, e possivelmente, em outros periódicos.

O conceito representação é um dos mais discutidos frente à historiografia brasileira. Diversos historiadores se dedicam em entendê-lo e a apontar suas possibilidades de aplicação nos estudos históricos. Salienta-se que o conceito representação tem sido utilizado em vários campos das Ciências Humanas, por vezes, com perspectivas distintas. Por exemplo, no caso da Psicologia Social, os pesquisadores vêm trabalhando com a ideia de “representações sociais”, ligadas especialmente às concepções de Serge Moscovici (1978).

No campo histórico, o conceito representação é notavelmente discutido em torno das perspectivas do sociólogo Pierre Bourdieu e do historiador Roger Chartier, que possuem visões semelhantes quanto à definição dele. Esses pesquisadores elaboraram tal definição retomando as ideias dos sociólogos Marcel Mauss e Emile Durkheim, o que indica que o conceito representação vem sendo polido e trabalhado há bastante tempo, ao longo do qual ele tem contribuído para que diversos estudiosos compreendam a dinâmica e a complexidade do mundo social e das práticas culturais.

Ao escrever “o mundo como representação”, em sua obra *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*, Chartier (2002) salienta que a palavra “representação” porta duas definições de sentidos aparentemente contraditórios. Por um lado, representação faz ver a ausência, distinguindo o que representa e o que é representado. De outro, é a apresentação de uma presença, apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Em suas palavras:

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’ (CHARTIER, 2002, p. 165).

Na obra *O Poder Simbólico*, pesquisando sobre as noções de região, identidade e

representação, Bourdieu (2006) identifica o “poder das representações” na construção da realidade social, na medida em que podem contribuir na produção daquilo por elas descrito e designado. De acordo com Bourdieu e Chartier é possível dizer que “representações” são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Desta forma, os sujeitos e os grupos aos quais eles pertencem criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente.

Para explicar o conceito representação, Bourdieu parte das experiências construídas e dos “enunciados performativos”, que visam tornar reais os discursos produzidos pelos grupos. Neste sentido, todos os discursos são socialmente construídos e objetivam agir nas experiências históricas. Cabe ressaltar que, para Bourdieu, nos estudos das representações não cabe a separação do caráter “objetivo” e “subjetivo”. Assim, as representações construídas partem destas duas esferas.

Para Bourdieu há um “jogo” em que se produzem as representações e existem crenças que as sustentam. No “campo social”, permeado de tensões e interesses conflitantes dos grupos, existem as “lutas de representações”. Para compreender as lutas de representações que se processam através dos discursos, Chartier enfatiza que é necessário “discernir a posição de quem fala”. Assim, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (1990, p. 17). Chartier (2002) reflete que as sociedades são constituídas por diferentes grupos, que manifestam diferentes visões de mundo. Assim como Bourdieu (2006), destaca que nas “lutas pelas representações” a problemática central seria o “ordenamento”, logo a “hierarquização” da própria estrutura social.

Os grupos criam representações que objetivam agir nas experiências históricas. Desta forma, o mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é ser percebido como distinto. As representações estão localizadas no tempo e são social e historicamente construídas pelos sujeitos e seus respectivos grupos. Neste sentido, cabe ao pesquisador perceber e analisar tais representações e suas intencionalidades agindo nas experiências históricas.

O conceito representação tem sido utilizado de forma significativa por diversos historiadores que trabalham com a chamada “história cultural” que, na perspectiva de Roger Chartier, teria como preocupação central: “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (1990, p. 17). Por este prisma, destaca-se a contribuição desse conceito para a análise do *Jornal Sem Terra*. Não se tem a pretensão de esgotar as possibilidades de leituras do jornal, mas sim, apontar alguns procedimentos teóricos e metodológicos que giram em torno da pesquisa com periódicos, chamando a atenção para o fato de que o conceito “representação” pode ser significativo na análise dos discursos.

Antes de refletir sobre o *Jornal Sem Terra*, é significativo destacar que a “história cultural” trouxe ao bojo de preocupações uma série de temas até então desprezados ou abordados de maneira secundária. Nessa direção, a imprensa ¹ tornou-se objeto e fonte significativa para a história. No Brasil, ainda que esse processo seja tardio (se comparado a países europeus), existe um grupo considerável de pesquisadores que se dedicam a estudar fenômenos históricos utilizando-se da imprensa como fonte e objeto.² A obra intitulada *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder* (2006), organizada por Lúcia Maria B. P. Neves, Marco Morel e Tania Maria B. da C. Ferreira, propicia um excelente panorama de como a imprensa é estudada em diversas perspectivas e abordagens. Superou-se a perspectiva limitada de observar a imprensa como portadora dos “fatos” e das “verdades”, ou a ideia de que a imprensa não seria digna de “confiança” nos estudos históricos. Também, deixaram-se “para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinados estritamente por uma infra-estrutura socioeconômica” (2006, p. 10).

A produção do *Jornal Sem Terra* começou antes mesmo da oficialização do MST como um movimento nacional de luta pela terra. O periódico nasceu no ano de 1981, em formato de boletim, com o nome de *Boletim Sem Terra*. Sua produção ocorria em Porto Alegre (RS), e os responsáveis por sua organização foram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Universitária de Porto Alegre, e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.

O *Boletim Sem Terra*, em seu início, foi organizado para divulgar a luta dos trabalhadores no acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Sarandi/RS, bem como conseguir ajuda de grupos solidários à causa dos sem-terra. Enfim, divulgar e reunir pessoas e grupos solidários para tentar minimizar as necessidades materiais dos

acampados. Após um ano e meio de existência, para além de ser um espaço informativo, em que a solidariedade aos sem-terras, era o cerne da produção, o boletim transformou-se, gradativamente, num projeto mais específico, em que seus produtores viam no impresso um potencial para colaborar e aperfeiçoar a organização dos trabalhadores.³

Com a oficialização do MST, em 1984, o *Boletim Sem Terra* foi incorporado à organização do movimento e a produção do periódico passou a ser de sua responsabilidade. Nesse mesmo ano, o boletim foi transformado em tablóide, passando a ser chamado de *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Em 1985, com a transferência da Secretaria Nacional do MST para a cidade de São Paulo, a produção do jornal foi deslocada também para a capital paulista.⁴ O *Jornal Sem Terra*, em seus quase trinta anos, sempre foi visto pela organização do MST como um objeto e espaço significativo, pois, através de suas páginas, a organização poderia se expressar não só para seus integrantes, mas também para leitores externos, que de certa forma simpatizavam-se com suas lutas.

Para a organização do Movimento, o periódico é visualizado como seu “porta-voz”, como se pode perceber na edição nº. 71, de março de 1988. Ao dizer que o jornal era uma das ferramentas mais antigas para a divulgação da luta dos trabalhadores, e que os sujeitos deveriam se manter informados, lendo o jornal, o MST destacava que “o jornal também é um órgão para divulgar a proposta do Movimento. O jornal é a voz do Movimento”.⁵ Nessa perspectiva, para além de ser sua voz, Judite Strozake, militante do Movimento, em 1999, destacou que o jornal era um “patrimônio” e a “cara do MST”.⁶ Ao ser sua “voz”, seu “patrimônio” e sua “cara”, o jornal se configura como um espaço e instrumento político de suma importância para a organização do MST.

Ao atentar para o fato de que há vários tipos de imprensa e, conseqüentemente, várias maneiras de se estudar a imprensa (CAPELATO, 1988), salienta-se que o *Jornal Sem Terra* deve ser entendido como um tipo de imprensa distinta, ou “imprensa alternativa”. A expressão “imprensa alternativa” ficou conhecida no período do Regime Militar por denominar os periódicos que em atitudes ousadas burlavam a repressão e a censura do Estado, manifestando-se contra o regime que vigorava. O “alternativo” também faz referência ao fato de os periódicos estarem fora do circuito da chamada “grande imprensa”.⁷ Eles eram mais restritos, encampados por determinados grupos que tinham suas crenças, e que visualizavam nos impressos um “instrumento de luta” e “espaço de ação” política.⁸ Entretanto, conforme os estudiosos da história da imprensa no Brasil, Flávio Aguiar (2007), Tania Regina de Luca (2006) e Ana Luiza Martins (2008), Karina Janz Woitowicz (2009), a chamada “imprensa alternativa” sempre existiu na história da im-

prensa do país, desde 1808, quando da chegada da Corte Portuguesa no território que é compreendido como Brasil. Tais alternativas foram movidos e produzidos por diversas circunstâncias, dependendo dos contextos e dos interesses dos grupos aos quais estavam ligados. Assim, “a comunicação alternativa sempre participou ativamente de diversas lutas e contribuiu para o fortalecimento dos espaços de resistência, em meio ao processo de construção da história” (WOITOWICZ, 2009, p. 13).

Mesmo que em cada contexto histórico tenha existido a chamada imprensa alternativa, algo que a caracteriza, mas não é o único fim desses periódicos, é a sua contraposição aos discursos oficiais. Nesse sentido, o *Jornal Sem Terra* é compreendido como um “jornal alternativo”, que se configurou ao longo de sua existência enquanto um espaço de resistência e oposição aos governos brasileiros. Para tanto, o MST se apropriou desse meio de comunicação e o transformou em um instrumento político de lutas, sendo ele um espaço privilegiado para construir representações sobre si mesmo e sobre outros grupos. O *Jornal Sem Terra* se constitui como fonte riquíssima para análise de diversas questões que envolvem a organização do MST e suas ações no território brasileiro.

Compreende-se o *Jornal Sem Terra* como um espaço de “representação do real” (CAPELATO, 1988, p. 24-25) e uma “prática discursiva” no MST, em que sua organização produz representações sobre si e outros grupos, em diferentes temporalidades. Ao mencionar a “prática discursiva”, destaca-se que o conceito de “representações” não se desvincula das “práticas”. Isto é, eles são “complementares”, no sentido de que as “práticas e representações são sempre resultados de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2005, p. 134). Ou seja, cada grupo social possui suas “práticas” que geram “representações” e vice-versa, ao passo que estas são motivadas pelas necessidades e interesses dos grupos. Na análise do jornal, é necessário compreender o contexto em que os discursos (escritos e imagéticos) foram produzidos, os sentidos dos textos e as intencionalidades das representações publicadas, de forma que os discursos são baseados nas experiências históricas, ou na realidade que se quer construir (CHARTIER, 2006, p. 35-38).

A imprensa, através dos discursos publicados, pode criar representações sobre inúmeros fatos, pessoas e grupos. Carla Siqueira (2006) entende que a imprensa é uma “instituição de peso estratégico” para a definição de conteúdos e expectativas do exercício da cidadania e de repercussões políticas dos grupos aos quais ela é vinculada. Assim, a imprensa não se torna relevante apenas na conformação de ideias, mas “também na importância desse seu lugar como revelador da tessitura complexa do pensamento

coletivo”. Para tanto, “mais do que nos lugares onde o pensamento aparece formalizado, no discurso jornalístico afloram a emoção, a imaginação, o preconceito, os postulados implícitos, as representações coletivas e as categorias cognitivas” (p. 423). No que tange aos historiadores, a imprensa se configura em um lugar de “aventura interpretativa dos indivíduos sobre seu próprio tempo”. Siqueira escreve que “a historicização dos atos de fala realizados por meio dos jornais expõe não só as intenções fundadoras do discurso e seus significados, mas também os efeitos imprevistos da realidade, que abrem fissuras na ordem que os textos tentam construir” (p. 423).

Para a organização do MST, o *Jornal Sem Terra* se tornou um importante instrumento político nas “lutas de representações”. Entender as lutas de representações no MST é compreender como o movimento pensa e fundamenta seu mundo. Por meio das páginas do jornal, o Movimento, figurado nos militantes e intelectuais que fazem parte de sua Direção Nacional, expressa suas posições políticas e ideológicas que sustentam e dão sentido ao seu mundo. Por este prisma, o conceito representação, sistematizado a partir das ideias de Pierre Bourdieu e Roger Chartier, apresenta uma contribuição significativa à análise dos discursos produzidos no *Jornal Sem Terra*, haja vista que, o mesmo auxilia a pensar como o “mundo” do MST é “representado” e “dado a ler”, por meio das páginas do seu jornal.

Os discursos produzidos nas páginas do *Jornal Sem Terra* têm intencionalidades e visam criar representações sobre os leitores. Na medida em que essas representações são incorporadas pelos sujeitos, elas se revelam e são revestidas de “poder simbólico”, que conforme Bourdieu é, com efeito, um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (2006, p. 7). Não obstante, o conceito representação contribui significativamente para os pesquisadores analisarem os conflitos que surgem no interior das sociedades, também no entendimento das múltiplas relações que os sujeitos e determinados grupos mantêm com o mundo social.

Referências

ABREU, Alzira Alves de (Org.). 2002. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

AGUIAR, Flávio. 2008. Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Bra-*

sil. São Paulo: Contexto, p. 233-247.

BARROS, José D' Assunção. 2005. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. *Diálogos – Revista de História do DHI/PPH/UEM*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. 1993. *As Escolas Históricas*. Portugal: Europa-América, p. 82-216.

BOURDIEU, Pierre. 2006. *O poder simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. 1980. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). 1997. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.

CERTEAU, M. de. 1982. A Operação Historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. 1990. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. 2002. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

CHARTIER, Roger. 2006. A Nova História Cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

KUCINSKI, Bernardo. 1991. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda.

LE GOFF, Jacques. 1996. *História e Memória*. 4. Ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. 1976. *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

LUCA, Tania Regina de. 1999. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP.

_____. 2005. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.

MARTINS, Ana Luiza. 2003. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, 22 (1), p. 59-79.

- _____. 2001. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. 2006. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). 2008. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- MOSCOVICI, Serge. 1978. *Representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. 2006. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj.
- PERLI, Fernando. 2002. *Sem Terra: de boletim a tablóide*. Um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- _____. 2007. *A Luta Divulgada: um Movimento em (in) formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.
- SIQUEIRA, Carla. 2006. Sensacionalismo e Retórica Política em *Última Hora, o Dia e Luta Democrática* no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj, p. 414- 435.
- THOMPSON, Edward P. 1981. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VAINFAS, Ronaldo. 1997. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, p. 441-449.
- VEYNE, Paul. 2008. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70.
- WHITE, Hayden. 1992. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp.
- _____. 1994. *Trópicos do Discurso: Ensaio Sobre a Crítica da Cultura*. Trad. São Paulo: Edusp.

WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). 2009. *Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: Ed. UEPG.

Artigo recebido em: 01.04.2015

Aprovado em: 30.06.2015

¹ O termo “imprensa” não se reduz ao jornal, mas sim a todos os tipos de meios de comunicação impressos, que por si só são diversificados, cada um com suas peculiaridades (CAPELATO, 1988, p. 27).

² Dentre os diversos autores, destaca-se: Ana Luiza Martins (2001, 2003, 2006, 2008), Tânia Regina de Luca (1999, 2005, 2006, 2008), Maria Helena R. Capelato (1980, 1988) e Alzira Alves de Abreu (2002).

³ Os trabalhos de mestrado e doutorado do historiador Fernando de Perli (2002, 2007) são referências significativas para compreender a historicidade do *Jornal Sem Terra* e suas relações com a organização do MST.

⁴ Essa mudança foi vista pela Direção Nacional como estratégica no fortalecimento das lutas, pois na capital paulista o MST teria a oportunidade de se fazer visto com mais intensidade. Com relação ao *Jornal Sem Terra*, era a oportunidade de conquistar mais leitores e espalhar suas edições para os mais diversos lugares do país.

⁵ Como ler o jornal. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1988, ano VIII, Nº 71. p. 16.

⁶ STROZAKE, Judite. História nos reservou o tempo de lutar e construir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1999, ano XVII, n. 189. p. 3.

⁷ De acordo com Luca e Martins, a expressão “grande imprensa”, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa. “De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (p. 149).

⁸ Uma obra clássica sobre a “imprensa alternativa” nos tempos da Ditadura Militar é a do autor Bernardo Kucinski, intitulada “Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa” (1991). O autor fez uma pesquisa extremamente densa sobre os “alternativos” que nasceram no período de 1964/1980. Dentre os diversos periódicos estudados, deu maior ênfase aos famosos jornais “*O Pasquim*”, “*Opinião*”, “*Movimento*”, “*Em Tempo*”.